



PASTORAL DA TERRA

Comissão Pastoral da Terra

Janeiro a Março de 2021

Ano 46 – Nº 248

DADOS PARCIAIS CONFLITOS NO CAMPO BRASIL 2020

págs.: 8 e 9

Foto: Isabelle Medeiros/ Mídia NINJA

***Manaus – Amazônia –
epicentro da Pandemia***

Pág.: 11



Foto: Juliana Pesqueira

EDITORIAL

2021: mesmos problemas e novos desafios

Chegamos em 2021, a pandemia segue assolando o mundo e, no nosso caso, com um poder ainda mais destrutivo. O Brasil está na frente das contaminações e mortes, e ficou para trás na corrida pela vacina. Um presidente, genocida por princípios, ainda mergulhado em suas elocubrações egocêntricas, está enterrando o país. Manaus, epicentro da pandemia, das mortes, da falta de oxigênio e de novas cepas do vírus que já se espalham pelo país, ficou sem ar. Pessoas morreram asfixiadas. O governo nada fez enquanto a população, inerte, assistia a mais esse crime do genocida que ocupa a presidência.

Ao mesmo tempo, seguimos com os mesmos problemas, potencializados pela nova realidade de pandemia, doença, mortes e isolamento. Os conflitos continuam assolando o campo brasileiro e vulnerabilizando os povos do campo, das águas e das florestas. Enquanto os bandidos saqueadores do Brasil permanecem em berço esplêndido no planalto central, vemos a criminalização bater forte sobre os que ainda resistem. José Vargas, advogado das famílias das vítimas do Massacre de Pau D'Arco, ficou quase 1 mês preso por conversas no Whatsapp mal interpretadas. Ao ser solto, depois de muita pressão da sociedade civil, menos de 24 horas depois, o sobrevivente e principal testemunha do Massacre, Fernando, foi executado com um tiro na nuca. Até o momento ninguém foi apontado pela polícia como autor do crime.

Em Goiás, chove agrotóxicos. Sobre o povo, sobre os alimentos, sobre os animais. Dezenas de milhares de abelhas exterminadas pelo veneno, e pessoas sendo socorridas por conta dos efeitos dele. Em Brumadinho, as famílias afetadas pelo crime da Vale ainda tentam reconstruir suas vidas, enquanto a empresa faz acordos e desacordos em detrimento das vidas destruídas.

28 de janeiro relembramos a Chacina de Unai e a luta, ainda resiliente, contra a prática do trabalho escravo. Na pandemia vimos aumentar o tráfico de pessoas e a deterioração dos direitos trabalhistas. A Campanha Nacional da CPT pela Erradicação do Trabalho Escravo mais uma vez chama a atenção para essa chaga ainda permanente em nosso país.

Os dados parciais dos conflitos no campo em 2020 nos mostram o aumento assustador da invasão de territórios. A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), já alertava para esse crime e como ele, em contexto de pandemia, vulnerabilizava ainda mais os povos tradicionais e colocava suas vidas em risco, por conta da disseminação do vírus da Covid-19, bem como suas terras.

Seguimos atentos e fortes, resistindo e promovendo o debate sobre as investidas do capital internacional sobre os territórios da América Latina. A realização do Fórum Social Mundial, em janeiro, levantou temas como os conflitos e violências na Amazônia. A Campanha Amazoniza-te trouxe depoimentos daquelas e daqueles que são resistência em seus territórios. A página das Mulheres mais uma vez nos traz histórias de resistência e persistência delas na organização da produção nas terras e territórios. As Articulações das CPT's da Amazônia e das CPT's do Cerrado, da mesma forma, refletem sobre os impactos que o Acordo entre a União Europeia e Mercosul pode trazer sobre os biomas e sobre os povos e territórios nesses biomas. E, em tempos de Páscoa, Ressurreição e Esperança, lembramos de todas as vítimas da Covid-19, de todas as famílias destroçadas pelo vírus e rezamos com fé e esperança de dias melhores e de libertação do nosso povo, amém, axé, awere, aleluia!

Boa leitura e se cuidem!



Revista Cerrados

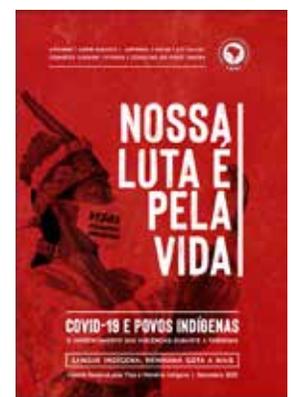


A CPT lançou no mês de dezembro, a segunda edição da Revista Cerrados. A publicação traz os diversos impactos na biodiversidade do Cerrado e nos territórios onde vivem seus povos ocasionados pelo uso intenso de agrotóxicos pelo agrotóxico nas lavouras de soja, milho, cana-de-açúcar, algodão entre outras monoculturas. Dentre os dados preocupantes apontados pela revista, destaca-se que até agosto de 2020 estava autorizada, pelo Governo Federal, a comercialização de mais de 2,8 mil produtos agrotóxicos no Brasil. Desde o início de 2019 foram autorizados 745 novos venenos pela gestão do presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

Os textos ainda relacionam o aumento do uso de agrotóxicos aos casos de intoxicação de pessoas nos estados que compõem a chamada última fronteira agrícola do Matopiba (acrônimo dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), bem como destrincham as diversas manobras do governo em direção ao desmonte e flexibilização da legislação referente a agrotóxicos no país. “O objetivo da Revista Cerrados é ser um espaço de denúncias das violências e destruição da sociobiodiversidade do Cerrado, mas também ser um instrumento de informação e formação para comunidades, organizações parceiras, pesquisadores e população em geral”, afirma Valéria Santos, membro da coordenação editorial da revista.

Nossa luta é pela vida!

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB lançou em dezembro, o relatório “Nossa luta é pela vida” que apresenta dados sobre os impactos da pandemia de Covid-19 entre povos indígenas. Além de registrar o crescimento dos números de infectados e óbitos por Covid-19, o relatório contextualiza os vetores de entrada do vírus nos territórios e a omissão do poder público em controlar a disseminação da doença. As violências contra os povos indígenas, neste período de pandemia, foram intensificadas e esse agravamento foi incentivado pelo governo Bolsonaro, de acordo com o levantamento feito pela Apib. O relatório apresenta ainda uma análise sobre as diferentes metodologias utilizadas pelo Governo Federal para registrar e monitorar os casos de contaminação e mortes por Covid-19 entre os povos indígenas. A falta de transparência e o racismo institucional, sobretudo com os indígenas que vivem em contexto urbano, revelam mais uma vez a política anti-indígena do Governo Federal. O documento foi organizado pela APIB através do Comitê Nacional pela Vida e Memória Indígena, para desenvolver o monitoramento comunitário do avanço do vírus entre os povos. O Comitê é composto por representantes das organizações indígenas de base da APIB, lideranças indígenas e por integrantes de redes construídas para o enfrentamento da pandemia em diversos Estados. A publicação pode ser acessada: https://emergenciaindigena.apiboficial.org/files/2020/12/APIB_nossalutaepelavida_v7PT.pdf



É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel, 1º andar, Centro, Goiânia, Goiás – CEP: 74030-090.

Fone: (62) 4008-6466 – **Fax:** (62) 4008-6405.

www.cptnacional.org.br / comunicacao@cptnacional.org.br

Presidente
Dom André de Witte

Vice-presidente
Dom José Lonilton

Coordenadores Nacionais
Paulo César Moreira
Jeane Bellini
Isolete Wichinieski
Ruben Siqueira

Redação
Cristiane Passos (Reg. Prof.: 002005/GO)
Andressa Zumpano
Mário Manzi (Reg. Prof.: 0005157/GO)
Amanda Costa (Reg. Prof.: 0004075/GO)
Rede de comunicadores da CPT

Jornalista responsável
Cristiane Passos (Reg. Prof.: 002005/GO)

Impressão
LSV Produção Gráfica Ltda.
Diagramação
Vivaldo da Silva Souza

APOIO

Brot für die Welt

CANADIAN CATHOLIC ORGANIZATION FOR
Development and Peace



MISEREOR
• IHR HILFswerk

ASSINATURAS

Anual R\$ 10,00.

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco: Caixa Econômica Federal, Agência: 4520 - Conta Corrente: 386-0

Comissão Pastoral da Terra

CNPJ: 02.375.913/0001-18

Para doações internacionais:

IBAN: BR95 0036 0305 0452 0000 0003 860C 1

Código Swift: CEFXBRSP

Informações cpt@cptnacional.org.br

Tiragem: 3.750 exemplares



Martírio de Dorothy completa 16 anos com ações virtuais

FOTO: Mário Manzi



O assassinato da agente pastoral da CPT, irmã Dorothy Stang, completou 16 anos no dia 12 de fevereiro. A tradicional Romaria dos Mártires da Floresta, realizada em Anapu (PA), havia sido previamente cancelada, em respeito ao distanciamento social, no entanto, o Centro de Formação Pastoral São Rafael, onde está enterrado o corpo da mártir, manteve portas abertas àquelas e àqueles que quiseram, individualmente, prestar homenagens à agente.

Diversas organizações e movimentos sociais relembrou a data de maneira virtual, em imagens de tributo à ação de Dorothy na Amazônia. O legado de Dorothy também foi lembrado em celebração solene virtual realizada pela Congregação das Irmãs de Notre Dame de Namur, da qual Stang fazia parte, conjuntamente

com a Arquidiocese de Cincinnati (USA). O serviço foi transmitido pelo canal da congregação no YouTube. O Comitê Dorothy Stang realizou na mesma data o Ato Político Inter-Religioso lembrando os 16 anos do martírio.

44ª Romaria da Terra do RS foi lançada virtualmente

No dia 16 de fevereiro, terça-feira de Carnaval, às 19h de Brasília, foi realizado o lançamento virtual da 44ª Romaria da Terra no Rio Grande do Sul, programada para o próximo ano. A programação realizou um resgate histórico das romarias anteriores. O evento foi transmitido pelas redes sociais de Rede Soberania, Brasil de Fato, Comissão Pastoral da Terra, Cáritas, CNBB Sul 3, Dio-

cese de Santa Cruz do Sul e Romaria da Terra do RS.

A 44ª Romaria da Terra em 2022 será realizada no dia 1º de março. O local da próxima romaria presencial será no município de Ilópolis-RS, paróquia Santuário São Paulo Apóstolo. O tema escolhido é *Agricultura Familiar e Agroecologia: Sinais de Esperança e como lema Irmãs e Irmãos Cuidemos da Mãe Terra.*

Em Boca do Acre (AM), reintegração de posse avança sobre área fora de decisão judicial

FOTO: Reprodução



A pandemia da Covid-19 parece não ter afetado as decisões judiciais de retirar famílias de seus territórios tradicionais. No dia 15 de fevereiro, 14 famílias foram retiradas de suas casas em uma reintegração de posse que afetou diretamente 56 pessoas, na Gleba Nova Axioma Redenção, município de Boca do Acre no Estado do Amazonas. Segundo relatos locais, a Polícia Militar chegou à área às 8 horas da manhã, acompanhada de um oficial de justiça, da advogada do suposto dono e de outras 15 pessoas que seriam “funcionários do fazendeiro”. No momento da reintegração foram destruídas plantações, cercas foram cortadas para que as criações fugissem e quatro casas foram incendiadas.

O mandato de Reintegração/Manutenção de Posse, expedido pelo Juiz Otávio Augusto Ferraro, da Comarca de Boca do Acre para a “Fazenda Monte Horeb” foi, no entanto, executado para além dos 286.9930 hectares que constavam da decisão,

como é o caso do Sr. Edmilson Agostinhos de Paula, morador da Gleba, que residia a aproximadamente 50 metros da área a ser reintegrada. O seringueiro reside no local há mais de 40 anos onde construiu sua vida, tem sua criação e seus plantios.

A decisão sobre a reintegração de posse ocorreu no dia 17 de dezembro de 2020. Situado na BR-317, quilômetro 100, a Gleba Nova Axioma Redenção, segundo informações do INCRA, tem aproximadamente 76.000 hectares e pertence à União. Na gleba residem aproximadamente 200 famílias que estão no seringal desde a década de 1970.

Apesar de suspenso, operação realiza despejo em Rondônia

Após informação de que o despejo de 380 famílias do Projeto de Assentamento (PA) Alta Floresta, nos municípios de Governador Teixeira e Campo Novo, em Rondônia, as comunidades informaram que movimentações da Polícia Militar indicavam que a operação de despejo seria mantida, o que foi confirmado segundo relatos locais. O despejo foi iniciado na manhã do dia 04 de fevereiro e cerca de 200 famílias foram retiradas da área.

O despejo das famílias de pequenos agricultores havia sido adiada por trinta dias, segundo confirmou reunião virtual da Câmara Nacional de Conciliação Agrária do INCRA, realizada no dia 02 de fevereiro. O pedido de adiamento foi feito pelo Conselho Estadual de Direitos Humanos de Rondônia, em 20 de janeiro, devido à pandemia da Covid-19.

PM cumpre decisão do TJ de MT que determina despejo de 140 famílias em área pertencente à União no município de Jaciara, destruindo casas sem autorização judicial

FOTO: Reprodução



O Fórum de Direitos Humanos e da Terra (FDHT) e a CPT-Regional Mato Grosso denunciaram e cobraram providências quanto à situação das mais de 140 famílias despejadas de área onde viviam desde 2014, em 478 hectares de área pertencente à União – Gleba Mestre I, localizada no município de Jaciara (MT). Em nota em reação à reintegração de posse, as organizações citaram a destruição das benfeitorias feitas na área, o que não estava expresso no mandado de reintegração de posse expedido pelo TJMT.

Justiça suspende liminar que determinava despejo do povo Gamela no Piauí

Na tarde de 19 de janeiro, a justiça suspendeu a liminar de ordem de despejo contra as famílias indígenas Gamela, no cerrado piauiense. Em decisão do Desembargador Hilo de Almeida Sousa, ficou definida a manutenção da posse em favor de Adaildo José Alves da Silva, alvo da ação de despejo na semana anterior. O território em que vive a família de Adaildo e outras integra a Comunidade do Morro D'Água e é reivindicado como terra tradicionalmente ocupada pelo Povo Gamela. Com a suspensão, fica estabelecida com urgência a reintegração de posse de Adaildo José Alves da Silva e mais 11 (onze) indígenas anteriormente expulsos de suas casas de forma indevida.

TRABALHO ESCRAVO

Sem a nossa luta teimosa, o trabalho escravo bem que poderia retornar à invisibilidade

CAMPANHA NACIONAL DA CPT DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Manifestação mais conhecida do tráfico humano, o trabalho escravo é crime hediondo, pois nega a dignidade àquelas pessoas mais vulneráveis entre os vulneráveis, jogadas às margens da invisibilidade por um sistema econômico movido a lucro, implacável, injusto e desumano.

Para tentar se sair bem da crise ou vencer seus concorrentes, custe o que custar, empregadores buscam aumentar seus lucros através da radicalização da exploração do trabalho. Formam grupos de pressão para aprovar projetos que exacerbam o liberalismo econômico, aprofundam as desigualdades, reduzem direitos e desmontam mecanismos de controle social e de fiscalização pública. Este modelo já iniciou antes do governo Bolsonaro e por ele é seguido à risca e sem dó.

Foram inúmeros nos últimos anos os contratemplos a tentar paralisar o combate ao trabalho escravo: orçamentos minguados, redução de efetivos, críticas insistentes contra a fiscalização do trabalho. Apesar disso, embora seriamente prejudicada, a atuação da fiscalização do trabalho escravo permaneceu firme. O Grupo Móvel de Fiscalização tem conseguido manter um ritmo de atuação que impressiona: a média de fiscalizações ficou desde 2016 em torno de 240 por ano, menos que nos 8 anos anteriores (quando passava de 300 por ano), porém não desprezível. Em 2020, nos 108 casos de trabalho escravo identificados no Brasil, resgatou-se 1.045 trabalhadores. Em 2019, o número total de casos havia sido maior: 130, sendo praticamente igual o de resgatados (1.050). De acordo com as estimativas da CPT, nos últimos 25 anos foram 55.850 pessoas resgatadas de trabalho escravo no Brasil.

No início deste ano, uma força-tarefa foi a campo e, durante 2 semanas, realizou 125 ações fiscais em 20 estados do país, constituindo-se na maior operação interinstitucional de combate ao trabalho escravo de todos

os tempos. Nos 20 flagrantes realizados foram resgatados 137 pessoas, entre elas 11 crianças e adolescentes. As verbas pagas aos trabalhadores (R\$ 590.000) como resultado, e as multas arbitradas (2 milhões de R\$) excederam em muito o dinheiro desembolsado para custear a força-tarefa. Na oportunidade foi demonstrada a eficiência da articulação entre os vários entes públicos envolvidos na ação: auditores-fiscais, policiais federais, procuradores do trabalho, defensores públicos da União, servidores da assistência social.

O trabalho escravo abrange setores econômicos dos mais variados: pecuária, lavouras (café, cebola, grãos), extrativismo vegetal, carvoaria, mineração, confecção, construção civil, serviços diversos e, em três ocorrências: serviço doméstico, destacando aí a dramática história de Madalena, uma mulher negra explorada desde seus 8 anos e durante mais 38 anos por uma família abastada de Patos de Minas, MG. Sim, a escravidão moderna continua tendo cor e raça.

Na queda de braços que opõe há anos os “aboliconistas” modernos e os “negacionistas” de sempre, tudo já foi tentado para trazer a escravidão moderna de volta para a invisibilidade que a caracterizava até 1995, quando foi reconhecida a realidade das denúncias da CPT, lançadas desde a década de 1970 (cf Pedro Casaldáliga, Ricardo Rezende, Henri des Roziers) e que foram à raiz da moderna mobilização contra o trabalho escravo.

Desemprego, informalidade e desmonte de direitos são hoje os principais fatores que tendem a acentuar e ao mesmo tempo invisibilizar a extrema exploração do trabalho, inclusive porque geram uma pressão tão forte que dissuade qualquer um de querer denunciar... Imagine! Se já é tão improvável conseguir um serviço,



alguém vai querer se arriscar a perdê-lo? Pelo contrário estará disposto a aguentar as piores condições: as condições degradantes, que são a marca principal da escravidão moderna. Não se pode acreditar que a redução dos números do trabalho escravo seja o sinal de que já chegamos perto de controlar o problema. O tamanho real do iceberg do trabalho escravo permanece uma incógnita, escondida a sete chaves, e há grande probabilidade de que ele se estenda bem além do que conseguimos enxergar.

Detectar a existência do trabalho escravo depende ou da denúncia por parte das vítimas ou da realização de sofisticado trabalho de investigação. Por muito tempo a CPT tem sido o principal canal de denúncia para os “peões” que optassem por fugir e denunciar. O Caso da fazenda Brasil Verde, sentenciado pela Corte interamericana de Direitos Humanos em decorrência de denúncias da CPT e do

CEJIL, ficou produzindo efeitos até hoje.

É fundamental não baixar a guarda, e continuar ampliando a vigilância, espalhando a informação, reforçando os instrumentos da política nacional de combate, seja na prevenção, na repressão ou na reparação. Sem essa visão integral, não se pode esperar quebrar o ciclo da escravidão: é a visão do programa RAICE (Rede de Ação Integrada para Combater a Escravidão) desenvolvido pela Campanha Nacional da CPT “De Olho Aberto”, no interior do Maranhão, do Pará e do Tocantins.

Neste início de 2021, no dia 28 de janeiro, dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo (em memória da chacina de Unaí que, 17 anos atrás, tirou a vida de três fiscais e seu motorista), a nossa Campa-

nha se desdobrou em inúmeras ações virtuais em pelo menos 8 estados: BA, CE, MA, MG, MT, PA, PI, TO, junto com nossos parceiros e aliados. Não faltaram lives, cards, podcasts, entrevistas, debates, oficinas e cobranças por maior empenho das autoridades.

O trabalho escravo viola a grandeza da pessoa humana e destrói a imagem que Deus imprimiu em cada um de seus filhos e filhas. Negar a dignidade e a liberdade de ser sujeito de sua vida é propriamente diabólico, mais ainda quando visa os mais vulneráveis entre os vulneráveis, aqueles que Cristo justamente veio para libertar (Gl 5,1). O desmonte atual das políticas garantidoras de direitos fere mortalmente o Estado democrático de direito e mata pessoas. Não calaremos diante das injustiças! Sim, prosseguiremos sonhando e construindo a utopia deste outro mundo possível, conforme ao sonho do Deus dos pobres, o Deus de Jesus-Cristo!

AMAZÔNIA

Campanha Amazoniza-te realiza atividade no Fórum Social Mundial 2021

Durante a ação foram apresentados dados de conflitos no campo, debatidas situações de criminalização da luta, e evidenciado o impacto da Covid-19 nas comunidades tradicionais, da Amazônia

POR MÁRIO MANZI*

A edição 2021 do Fórum Social Mundial (FSM) movimentou o ciberespaço ao propor série de atividades realizadas exclusivamente por meio virtual, devido à impossibilidade de empreender evento presencial, dada a emergência sanitária causada pela pandemia de Covid-19.

Grande parte da programação do FSM concentrou-se nas conferências temáticas e atividades autogestionadas, que se estenderam por uma semana, do dia 23 ao dia 30 de janeiro. Dentre essas atividades, precisamente às 9h30 (hora de Brasília), do dia 27, ocorreu a apresentação da Campanha Amazoniza-te, que tem a CPT entre as proponentes.

A abertura das atividades foi realizada com uma “marcha virtual”, por meio da exibição de diversos vídeos, sobre lutas e experiências de movimentos pelo mundo. A ação foi sucedida pelo Painel de Abertura sob o tema “Qual o mundo que queremos hoje e amanhã? Não é o mundo de Davos?”. Participaram do Painel: Aminata Dramane Traoré (ex-Ministra da Cultura do Mali), Luiz Inácio Lula da Silva (ex-Presidente do Brasil), Miriam Miranda (indígena hondurenha), Yanis Varoufakis (economista), Leila Khaled (militante palestina), Ashish Kothari (ambientalista indiano), Melike Yasar (do movimento de mulheres curdas).

Amazoniza-te

A participação da Campanha no FSM foi organizada por CPT e Rede Eclesial Pan-Amazônica (Repam Brasil). A apresentação, que teve duração de uma hora, foi dividida em dois momentos: criminalização e judicialização da luta dos povos da floresta e impacto e o desdobramento da Covid-19 para os povos e comunidades tradicionais da Amazônia. Assessora jurídica, Andréia Silvério (CPT-Regional Pará), abriu a fala comunicando o assassinato de Fernando dos Santos Araújo, sobrevivente da chacina de Pau D'Arco. “Na manhã de hoje nós acordamos com a notícia de que o Fernando foi assassinado na noite de ontem. Infe-



FOTO: Reprodução

Jefferson Nascimento do MAB

lizmente esse processo de violência deflagrado em 2017 é recorrente”. Fernando era considerado uma das principais testemunhas da chacina ocorrida em 2017 no sul do Pará (**saiba mais na página 7**).

A memória, segundo Silvério, é fundamental para “trazer presente essas pessoas que tombaram nesse processo de luta pela terra e para deixar evidente o tratamento dispensado pelo estado brasileiro, sobretudo pelo estado do Pará contra as lideranças que estão nesse processo de luta, e principalmente pelo acesso à terra”.

A fala de Andreia trouxe situações flagrantes em que lideranças são criminalizadas a partir de ações ilegais de atores do Estado, desvirtuando e retirando de contexto comunicações que ocorrem entre as lideranças, como forma de criminalizar judicialmente a luta. Ela orientou, enquanto dicas básicas que devem ser adotadas pelas lideranças, o uso de ferramentas mais seguras de comunicação, evitando o envio de áudio e mensagens pelo WhatsApp, de forma a priorizar as conversas presenciais para tratar de temas sensíveis.

A fala de Andréia foi seguida por Jefferson Nascimento, militante do Movimento dos Atingidos por Barragens

(MAB), que relembrou as mortes por Covid-19 no Brasil. Jefferson recordou também os dois anos do rompimento da Barragem em Brumadinho (MG). De acordo com a fala dele, estamos vivendo “um cenário de extrema ofensiva, um ataque de retirada de direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras e por conseguinte um processo de criminalização dos movimentos sociais, suas lideranças e dos processos de luta, uma criminalização, de fato, da pobreza”.

O militante do MAB comentou sobre os conflitos no campo no Brasil, com referência aos dados reunidos pela CPT em relação aos dados de conflitos por água. Jefferson acompanha as comunidades atingidas pelo complexo de hidrelétricas construído nos últimos anos na bacia do Rio Teles Pires, região norte do estado do Mato Grosso. Ele ressaltou o impacto desses grandes projetos, e como exemplo citou a construção de quatro grandes hidrelétricas na última década, apenas no Rio Teles Pires, que “deixaram imenso rastro de destruição ambiental e de violação de direitos”. O impacto de tais projetos sobre as comunidades atingidas gerou

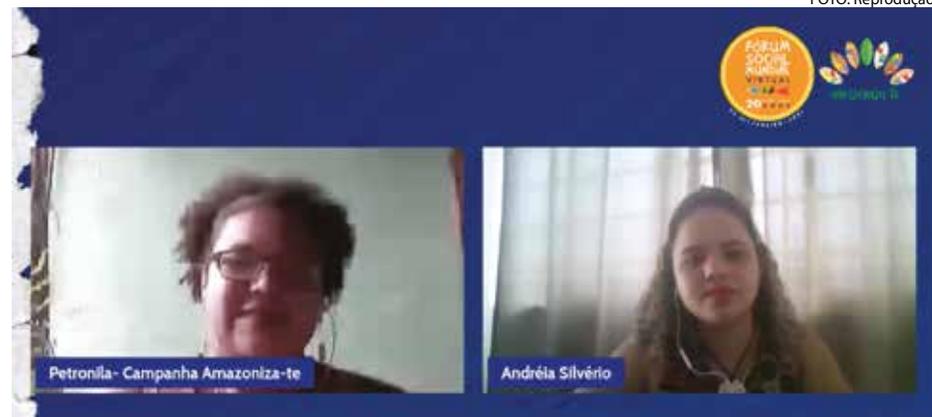
democráticos. A partir do interdito as lideranças são multadas por se posicionarem contra o avanço das empresas sobre os direitos das comunidades.

Josep Iborra Plans, da coordenação da Articulação das CPTs da Amazônia, falou em seguida sobre a situação de conflitos no campo, na Amazônia. Zezinho, como é conhecido, evidenciou que a violência segue em alta mesmo em tempos de pandemia, trouxe como exemplo o massacre no Rio Abacaxis, ocorrido em agosto de 2020, no Estado do Amazonas, que vitimou um indígena Mundurucu e três ribeirinhos, além da morte de dois policiais militares.

Outro ponto da fala abordou a ação dos invasores (madeireiros, garimpeiros) como disseminadores do vírus da Covid-19 para as comunidades tradicionais, em contraposição, citou as barreiras sanitárias organizadas pelas comunidades para impedir o acesso de pessoas de fora, como forma de prevenir a propagação do vírus, com destaque para os povos indígenas.

Os assassinatos no campo, ocorridos em 2020, também foram outro tópico da fala. Zezinho mencionou os dados do

FOTO: Reprodução



diversas perdas, agravadas pela pandemia e pelo uso de ferramentas jurídicas, sobre isto ele cita o “uso recorrente de um instrumento jurídico chamado Interdito Proibitório”. Para ele a utilização de tal instrumento pelo capital que controla as hidrelétricas é considerado obstáculo ao direito de expressão e de mobilização, é assegurado pela Constituição, e fundamental nos processos de aprimoramentos

Cedoc, que registraram que, dos 18 assassinatos ocorridos no Brasil, no último ano, 15 deles foram na Amazônia.

A atividade foi encerrada por música que pediu compaixão por Manaus, em virtude do agravamento no número de mortes pela doença em todo o Amazonas.

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

MINERAÇÃO

Dois anos sem reparação: o silêncio da Vale sobre o crime em Brumadinho

Diante de seus modos de vida alterados, populações atingidas lutam diariamente pela sobrevivência

ANDRESSA ZUMPANO
E AMANDA COSTA*

Dois anos após o crime socio-ambiental da Vale S.A em Brumadinho (MG), que ocorreu em 25 de janeiro de 2019, as comunidades atingidas continuam sofrendo violações diversas por parte da empresa e do Estado. Foram 12,7 milhões de m³ de rejeitos de minério despejados no Rio Paraopeba e 272 pessoas que perderam suas vidas. Destas, 240 eram trabalhadores da Vale e 2 nascituros. 11 corpos ainda estão desaparecidos sob a lama.

Além das vidas ceifadas, 48 municípios e aproximadamente 1,3 milhão de habitantes que residem e dependem economicamente da Bacia do Paraopeba, sofreram impactos diretos com a contaminação do rio e a degradação ambiental. São comunidades tradicionais, ribeirinhas, quilombolas e territórios indígenas que tiveram seus modos de vida e subsistência alterados e seguem, até o momento, sem qualquer reparação. Com a força da lama, a contaminação chegou à barragem de Três Marias, que escoar na Bacia do São Francisco, uma das mais importantes bacias hidrográficas do país, banhando sete estados e mais de 100 municípios.

Levantamento feito pela Fundação SOS Mata Atlântica indica que a Bacia do Paraopeba apresenta níveis de cobre 600 vezes acima do nível normal. Para todos que dependiam economicamente do rio, restou a dependência em medidas emergenciais por parte da empresa e do Estado, como o auxílio emergencial, o abastecimento de água e a doação de cestas básicas. Medidas estas que não abarcam a totalidade da população atingida e sequer chegaram a muitas comunidades, como denuncia o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB). Segundo José Geraldo, da Coordenação Estadual do movimento, “o crime destruiu modos de vida, sonhos, projetos pessoais e possibilidade de futuro, o que leva ao adoecimento das pessoas - emocional, mental e físico -, agrava os problemas de saúde já existentes e cria novos”.

Falta de assistência e transparência

Diante dos impactos acima mencionados, as populações e áreas atingidas pelos rejeitos de minério denunciam falta de transparência e assistência por parte da Vale e do governo do estado de Minas Gerais, processo este que vem desde antes do rompimento. São 42 barragens de



Atingidos manifestam em frente ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais, em Belo Horizonte, contra a assinatura do acordo

alto risco somente no estado, segundo Agência Nacional de Mineração.

No caso da Mina Córrego do Feijão, moradores relatam que as informações passadas pela empresa antes do rompimento, relativas às rotas de fuga e zonas de autossalvamento, não foram capazes de diminuir os danos e salvar a vida dos trabalhadores. “A sirene não tocou, eles [a Vale] disseram pra gente que se ocorresse alguma coisa, a sirene ia tocar... antes a comunidade Córrego do Feijão era um sonho de morar, agora virou um pesadelo”, conta Elisângela Gonçalves, moradora da comunidade Córrego do Feijão, em Brumadinho.

Passados dois anos, as comunidades atingidas seguem cobrando transparência. Pescadores e agricultores denunciam a falta de informações sobre a segurança e as condições da água do Rio



Lama atinge o Rio Paraopebas após rompimento da Barragem Córrego do Feijão

Paraopeba para consumo, pesca, plantio e lazer. Também reivindicam a sinalização das zonas de maior contaminação e estudos de uso do solo, seguindo as diretrizes das Resoluções do CONAMA N° 357/2005 e CONAMA N° 420/2009. As exigências feitas pelos atingidos sobressaltam especialmente que a transparência seja feita sem a participação direta da Vale, para que os interesses econômicos da empresa não continuem sobrepostos aos das comunidades.

Sem a devida escuta aos atingidos, “acordo bilionário” é assinado

“Com este acordo vocês estão assinando nossa sentença de morte”. Esse é um trecho do pronunciamento dos atingidos pelo crime em Brumadinho diante do acordo assinado entre a mineradora Vale, o Estado de Minas Gerais, a Defensoria Pública do Estado e o Ministério Público Federal e Estadual no dia 04 de fevereiro. A negociação é referente aos danos provocados pelo crime do rompimento da barragem B1 na mina Córrego do Feijão, há dois anos. O coordenador estadual do MAB, José Geraldo, reconhece que as cifras envolvidas são altas, “mas pouco perto do estrago causado pela ganância de lucros pela empresa reincidente”.

O acordo, que substitui a Ação Civil Pública movida pelo Estado contra a mineradora, foi fechado no valor de R\$37,6 bilhões, mas apenas R\$9,17 bilhões ficaram destinados à reparação direta aos atingidos. Desse valor, R\$1,77 bilhão já foi aplicado no pagamento do

auxílio emergencial. O MAB denuncia que a mineradora será beneficiada pela negociação e economizará 17 bilhões de reais em relação aos R\$ 54,6 bilhões estabelecidos por estudos técnicos produzidos pela Fundação João Pinheiro junto ao Ministério Público de Minas Gerais e apresentados em audiências preliminares.

Para José Geraldo, “ao negociar o acordo com valores bem abaixo do que foi pedido inicialmente, o Estado abre mão de promover a verdadeira reparação da Bacia [do Paraopeba], e ganha caixa para fazer obras que atendem a outros interesses, distantes dos atingidos”.

Segundo com o governo de Minas, esse é o maior acordo de reparação do Brasil, que encerra o débito da mineradora com o Estado pelos danos sociais e econômicos causados, com exceção a possíveis novos prejuízos que venham a surgir. Na contramão do que afirma o governador Romeu Zema (Partido Novo), o MAB

declara, em nota, que desde outubro de 2020 o acordo foi sendo construído sem a participação de atingidos, familiares de vítimas ou representantes. Sinaliza, ainda, que em apenas uma das reuniões os atingidos foram convidados a estarem presentes, porém, unicamente como ouvintes, “representando uma ideia falsa de participação no acordo”. Os termos do acordo também foram negociados sob segredo de Justiça.

No dia 10 de fevereiro, comunidades atingidas se mobilizaram e protocolaram uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) no Supremo Tribunal Federal (STF), pedindo a cassação da homologação do acordo. Com apoio do MAB e outros movimentos e partidos, a ação reivindicava o direito de participação, direta e em igualdade de condições, das negociações sobre os danos do crime e também reparação integral.

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

VIOLÊNCIA NO CAMPO

Sobrevivente e principal testemunha do Massacre de Pau D'Arco é assassinado

Fernando dos Santos foi morto com um tiro na nuca no dia 26 de janeiro. Ele era sobrevivente do Massacre de Pau D'Arco, ocorrido em maio de 2017 e que vitimou 10 sem terras. Fernando viu seu namorado ser morto no Massacre e teve que se fingir de morto para sobreviver. Até o momento não existe nenhuma resposta da polícia e do estado do Pará sobre o assassinato de Fernando. Quem matou Fernando?

CRISTIANE PASSOS*

Fernando dos Santos Araújo tinha 39 anos. Era trabalhador rural, sem-terra, sobrevivente do Massacre de Pau D'Arco, homem gay e militante camponês. Foi executado com um tiro na noite do dia 26 de janeiro de 2021. Ele era testemunha chave no processo criminal que investiga a participação de policiais civis e militares na maior chacina contra trabalhadores rurais desde Eldorado dos Carajás.

Em maio de 2017, no interior da Fazenda Santa Lúcia, no município de Pau D'Arco, sul do Pará, uma operação das polícias civil e militar paraenses resultou no assassinato de dez trabalhadores rurais. Eram nove homens e uma mulher, Jane Júlia, liderança e, hoje, mártir do movimento. Tendo visto o próprio namorado ser executado pelos policiais durante a chacina, Fernando conseguiu fugir, sobrevivendo ao cerco policial.

Quase quatro anos depois, os 16 policiais denunciados pela participação no massacre estão em liberdade, e o inquérito que investiga os mandantes do crime não resultou em nenhum indiciamento. Os policiais denunciados como executores do massacre obtiveram do Judiciário decisão favorável para aguardar o júri em liberdade. Não há previsão de quando serão julgados. Na sequência, foram reincorporados às suas funções e continuam na ativa.

Ameaças eram constantes

Os depoimentos de Fernando e de outros sobreviventes foram, desde o início, fundamentais para elucidação do caso, antecipando o que os laudos da perícia técnica viriam a confirmar sobre o massacre. Sob forte ameaça e pressão, Fernando entrou para o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas, tendo saído da região por um tempo para garantir sua segurança. Entretanto, optou, por retornar a seu território, na esperança de conseguir um lote de reforma agrária com a criação do assentamento para as dezenas de famí-



FOTO: CPT Marabá

lias do Acampamento Jane Júlia. Ele foi um dos primeiros a integrar o grupo da ocupação. Resistiu junto ao grupo a sucessivas tentativas de despejos que aconteceram na área, a mando de fazendeiros.

Em entrevista concedida à ONG Repórter Brasil, no dia 08 de janeiro desse ano, Fernando relatou que estava sendo procurado por policiais envolvidos no Massacre de Pau D'Arco para que ele e outros sobreviventes do massacre mudassem seus depoimentos perante o Poder Judiciário. Fernando afirmou na ocasião: “Os policiais estão pensando em vir aqui dar um jeito de não haver mais testemunha antes do julgamento. Não há testemunha, não há julgamento”.

Fernando havia sido vítima de tentativa de homicídio em 22 de setembro de 2020, em circunstâncias também não esclarecidas pela Polícia Civil do estado do Pará. Ninguém foi indiciado, preso ou denunciado por esse atentado. Até o momento, passados mais de 30 dias do assassinato de Fernando, prazo que a polícia teria para concluir o inquérito, não foi apresentado pela Secretaria de Segurança do estado do Pará (SEGUP/PA) nenhum resultado concreto das investigações acerca do crime, que estão a cargo da Delegacia Especializada em Conflitos Agrários (DECA) de Redenção. Além dis-

so, a Secretaria não atendeu à solicitação de reunião apresentada pelas entidades de defesa dos direitos humanos que acompanham o caso.

Organizações e entidades internacionais cobram do estado brasileiro uma resposta em relação a mais esse crime e destacam a importância do fim da impunidade para que novos crimes no contexto do campo brasileiro não ocorram. A Delegação da União Europeia no Brasil e o Alto Comissariado da Organização das

Nações Unidas para Direitos Humanos (ACHUDH/ONU) realizaram no dia 11 de fevereiro uma reunião com entidades da sociedade civil, na qual foi relatada a complexidade do conflito. Após a reunião, a ONU em mais de uma ocasião se pronunciou sobre a importância de serem garantidos os direitos fundamentais de todos os sobreviventes, familiares, advogados/as envolvidos, bem como sobre a necessidade de celeridade na investigação sobre o homicídio.

Prisão de advogado dos sobreviventes do massacre é mais uma peça no xadrez da impunidade

O advogado José Vargas se tornou conhecido em nível nacional devido sua corajosa atuação em defesa das vítimas do massacre de Pau D'Arco. O mesmo advogado se revelou também um incansável defensor dos direitos das famílias que permanecem ocupando a mesma fazenda, sendo ameaçadas permanentemente de despejo. Em razão de sua firme atuação, Vargas recebeu ameaças, ausentou-se da região por um período e ingressou no Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos. Como reconhecimento de sua atuação, na linha de defesa dos direitos humanos, foi homenageado com o Prêmio João Canuto, concedido pelo Movimento Humanos Direitos (MHuD), em 2017, no Rio de Janeiro, e com a medalha Paulo Frota 2018, outorgada pela Assembleia Legislativa do Pará.

No dia 1 de janeiro, Vargas foi preso sob a acusação de participação em um crime, baseada somente em comentários feitos por troca de mensagens em tom de brincadeira entre advogados. O advogado saiu da cadeia e foi cumprir prisão domiciliar um dia antes do assassinato de Fernando.

A prisão de Vargas foi baseada tão somente em áudios de WhatsApp trocados entre ele e o advogado Marcelo Gomes, seu sócio e que também foi preso, sobre o caso do desaparecimento de Cícero José Rodrigues, liderança conhecida em Redenção (PA) por sua atuação na defesa dos direitos na área da saúde. Cícero era presidente da Associação de Pessoas Epiléticas do Araguaia – APEA e, em razão disso, se lançou como candidato a vereador nas últimas eleições em Redenção. Foi vítima de uma trama criminosa que resultou, segundo as investigações da Polícia Civil, em seu assassinato e na ocultação de seu corpo. O crime teria ocorrido em outubro de 2020 e, até o momento, seu corpo não foi encontrado. Três pessoas (Thiago Santana da Silva – Policial Militar; Marcelo Gomes Borges – Advogado; e Lázaro Marinho Aguiar) foram inicialmente investigadas e presas como executor e mandantes do crime contra Cícero. A Polícia e o Ministério Público entenderam que Vargas teria se envolvido no desaparecimento de Cícero e, com base exclusivamente no conteúdo das mensagens, foi pedida e decretada sua prisão.

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

Dados parciais de conflitos no campo pela CPT destacam o aumento

Dados parciais divulgados pela CPT em dezembro de 2020, demonstram aumento nas invasões e, destacam também, ações de solidariedade consequentes da pandemia, registradas como Manifestações de Luta. As barreiras sanitárias também foram uma categoria somada à realidade dos conflitos no campo, em tempos de pandemia da Covid-19.

CRISTIANE PASSOS*

Em 2020 o Centro de Documentação da CPT - Dom Tomás Balduino registrou diversas doações como Manifestações de Luta, entendendo que essas foram uma forma de resistência, relacionadas a reivindicações históricas, como reforma agrária, soberania alimentar entre outras. Essas novas formas de manifestações, baseadas na solidariedade, por meio da doação de alimentos, refeições e itens de higiene, em ações coordenadas principalmente pelos movimentos e organizações sociais camponesas, também contou, muitas vezes, com o apoio de sindicatos e federações.

O Centro de Documentação registrou até o final de novembro 181 ações do tipo, somando 823,39 toneladas de alimentos doados. Os estados que mais fizeram ações de doação de alimentos foram Alagoas (28), Paraná (24), Rio Grande do Sul (24), Pernambuco (22) e Santa Catarina (18). Nessas ações, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) esteve presente em 110, a CPT em 40 e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) em 14.

Violência contra a ocupação e a posse

Número de Manifestações de Doações de Alimentos e Itens de Higiene por UF, 2020*

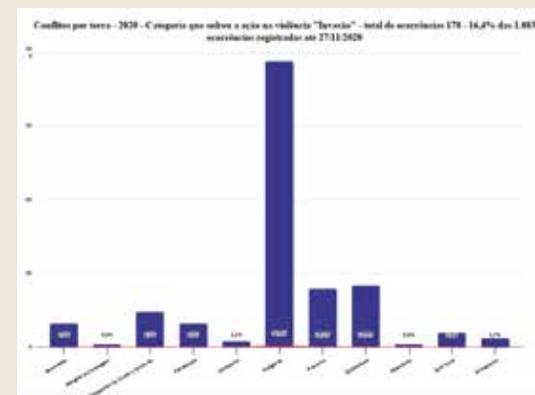


Entre os dados parciais de conflitos divulgados, o Centro de Documentação da CPT registrou, em 2020, 1.083 ocorrências de violência contra a ocupação e a posse, que atingiram 130.137 famílias. Em dados absolutos de 2019, foram registradas 1.254 ocorrências com 144.742 famílias envolvidas.

Desses dados, os mais impressionantes são os de invasão de territórios, sendo os indígenas as maiores vítimas. Em 2020, a CPT registrou 178 ocorrências de invasão de territórios, contra 55.821 famílias.

Em 2019, a CPT havia registrado, em números absolutos, 09 invasões envolvendo 39.697 famílias. Isso mostra um aumento de quase 1.880% no número de ocorrências, e ainda estamos falando em dados parciais. Em relação ao número de famílias vítimas desse tipo de violência, houve um aumento de cerca de 40%.

Das categorias que sofreram essa violência em 2020, 54,5% do total foram de indígenas. 11,8% foram de famílias quilombolas e 11,2% de posseiros, conforme pode ser verificado no gráfico abaixo:



Além disso, 62 ações de pistolagem contra 3.859 famílias foram registradas em 2020, quase o triplo em relação a 2019, já que no ano passado foram registrados 21 desses crimes, em números absolutos.

Violência contra a pessoa

Foram registrados pela CPT em 2020, 18 assassinatos em conflitos no campo. O Centro de Documentação Dom Tomás Balduino ainda aguarda informações sobre outras mortes, que ainda podem ser inseridas. Entre elas, um massacre que vitimou quatro pessoas, sendo 3 da mesma família, na saída de um garimpo no norte do Mato Grosso, no dia 21 de novembro. O garimpo, localizado em Aripuanã, a 976 km

de Cuiabá, foi legalizado em julho de 2019. Foram mortos Elzilene Tavares Viana, de 41 anos, conhecida como Babalu; o filho dela, Luiz Felipe Viana Antônio da Silva, de 19 anos; o marido dela, Leôncio José Gomes, de 40 anos; e Jonas dos Santos, de 25 anos (que era garimpeiro). A polícia não informou o que as vítimas faziam no local. Ano passado, no final de outubro, outra chacina similar aconteceu no garimpo. Três pessoas da mesma família, pai, filho e genro, foram mortos dentro de uma caminhonete. O triplo assassinato ocorreu a 14 km da cidade e dentro do garimpo,

que foi alvo de operação para desocupação menos de um mês antes do crime, acirrando ainda mais os ânimos na região.

Entre os dados parciais registrados e apresentados pela CPT neste momento, consta o massacre no rio Abacaxis, que vitimou indígenas e ribeirinhos. No dia 7 de agosto um indígena foi morto e, dois dias depois, no dia 9, três ribeirinhos foram assassinados. O conflito teria sido iniciado no dia 24 de julho, após o secretário executivo do Fundo de Promoção Social do Governo do Amazonas, Saulo Moysés Rezende Costa, junto a um grupo de pessoas, ter adentrado a área do rio Abacaxis para realizar pesca esportiva, sem

CAMPO BRASIL 2020

o campo em 2020 divulgados to das invasões de territórios

licença ambiental e desrespeitando o isolamento social, por conta da pandemia. O território, invadido pelo grupo, é reivindicado pelo povo indígena Maraguá. A pesca esportiva e o turismo na área requerem emissão de licença ambiental. Neste conflito o secretário acabou ferido no braço.

No dia 03 de agosto, a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas (SSP-AM) enviou policiais do Comando de Operações Especiais e do Batalhão Ambiental da Polícia Militar para realizar uma operação que teria como finalidade alegada coibir o tráfico de drogas na região. Durante a ação, conforme apuração do Ministério Público Federal (MPF), os policiais não estavam fardados e abordaram vários ribeirinhos e indígenas sem se identificarem como policiais. Esses ainda teriam usado a mesma embarcação de turismo que transportou o grupo de pessoas, no qual estava o secretário, no dia 24 de julho.

Nesta operação, dois policiais morreram em uma suposta emboscada a traficantes. Por conta da morte dos policiais, a Polícia Militar organizou uma operação no rio Abacaxis que envolveu cerca de 50 policiais. Em seguida à operação, o MPF recebeu diversas denúncias por parte das populações ribeirinhas, indígenas e comunidades da região, afirmando que a PM praticou vários abusos. Entre as denúncias, foram listadas, conforme relatos locais, o uso de armas de fogo para intimidar aos moradores, crianças e idosos; a proibição de circular pelo rio; uso indevido de forças policiais para serviços

particulares; tortura; cerceamento de liberdades individuais e coletivas; queima de casas e execuções.

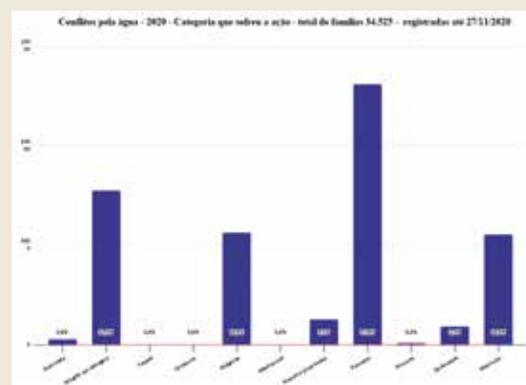
As comunidades locais afirmam que os abusos ocorreram por retaliação ao revide da invasão do dia 24 de julho. Foram confirmadas, então, após a ação policial, a morte de um indígena Munduruku, três ribeirinhos e o desaparecimento de dois adolescentes e um indígena Munduruku, além da morte de dois policiais militares, um suposto traficante e seis pessoas feridas.

Mesmo em uma emergência sanitária conflitos pela água permanecem

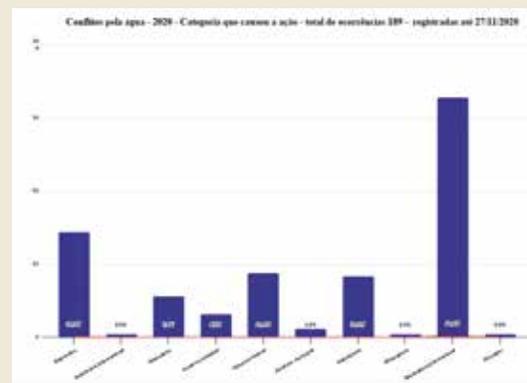
Segundo o Centro de Documentação da CPT, em dados parciais de 2020, foram registrados 189 conflitos pela água envolvendo 34.525 famílias em todo o Brasil. Durante todo o ano de 2019, 489 conflitos atingiram 69.793 famílias.

Apesar da queda no número total de ocorrências, destacamos a região Centro-Oeste que, mesmo em dados parciais, ultrapassou todo o ano de 2019 com 21 ocorrências de conflitos pela água e 2.836 famílias atingidas. Enquanto no ano anterior foram registrados 13 conflitos na região, atingindo 616 famílias, o número de famílias impactadas no Centro-Oeste por conflitos pela água em 2020 mais que quadruplicou. Além disso, das 21 ocorrências registradas, 15 foram contra indígenas, envolvendo 2.449 famílias, o que corresponde a 86% das famílias impactadas por esses conflitos na região.

Já no total dos conflitos pela água no Brasil, observamos que a categoria mais impactada foi a de ribeirinhos:



A maior parte dos conflitos por água registrado foi causada por mineradoras internacionais, conforme gráfico a seguir:



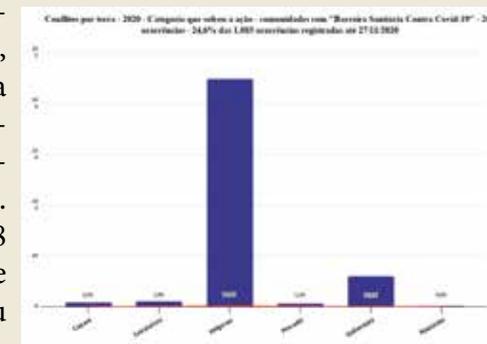
43,4% dos conflitos pela água registrados em 2020 foram causados por mineradoras internacionais. Há cinco anos, completados em novembro deste ano, assistíamos ao rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais, de propriedade da empresa Samarco. A barragem, que continha 43,8 milhões de metros cúbicos de rejeito de minério, assassinou 19 pessoas e deixou, pelo menos, 1,9 milhão de pessoas atin-

gidas ao longo da bacia do Rio Doce, de Minas Gerais ao litoral do Espírito Santo. Em Brumadinho, em 2019, a Barragem B1 da Mina do Córrego do Feijão, da mineradora Vale, tinha capacidade para armazenar 12 milhões de metros cúbicos de rejeitos e também se rompeu, soterrando 270 pessoas (11 ainda estão desaparecidas).

Mesmo com as sucessivas tragédias, e com a anuência do governo, os projetos de mineração continuam a se expandir em território nacional.

Barreiras Sanitárias nos territórios

Por conta própria e para evitar a proliferação do vírus nos territórios, muitas comunidades fizeram barreiras sanitárias, buscando impedir invasores e, a partir disso, também, o vírus. O Centro de Documentação registrou, em dados parciais, 267 ocorrências de barreiras sanitárias no Brasil, envolvendo 48.562 famílias. Cerca de 84% do total das barreiras sanitárias foram feitas em territórios indígenas.



*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

CONFLITO

Famílias camponesas denunciam contaminação por agrotóxicos em Goiás

Falta de fiscalização nos latifúndios próximos a comunidades, assentamentos e acampamentos colocam em risco o meio ambiente e a saúde humana

AMANDA COSTA*

Para as famílias do campo, não há sossego. Já nos primeiros 15 dias do ano, três casos de contaminação por agrotóxicos foram denunciados pela CPT regional Goiás. A pulverização indiscriminada e criminosa de inseticidas é recorrente no estado e tem afetado trabalhadores do campo, currais de animais, ordenhadores de leite e contaminado represas, áreas de reservatórios de água, tanques de criação de peixes, lavouras e plantações de hortaliças e frutas. Além de danos ambientais, muitas famílias, incluindo crianças, têm sido intoxicadas a ponto de precisarem buscar ajuda em unidades de saúde.

Em Bela Vista de Goiás, nas comunidades Furado, Barro Amarelo, São Bento e outras vizinhas, mais de 1,8 milhões de abelhas de 26 colmeias foram exterminadas pela pulverização aérea de inseticida, que atingiu grande parte das residências e propriedades. Nas imediações, tantas outras dezenas de apiários também foram afetados. Após análises das abelhas mortas, descobriu-se que o agrotóxico aplicado é o Perito (Acefato), que possui em sua bula a classificação ambiental “muito perigoso” e a indicação de aplicação terrestre, sendo proibido a sua utilização de forma aérea.

Em municípios próximos, como o de Orizona, localizado há 125 km de Bela Vista de Goiás, casos parecidos também foram registrados. No final do ano passado, dois apiários foram afetados por uma nuvem de agrotóxicos, causando o extermínio de mais de 100 colmeias.

Já no Assentamento São Domingos, situado no município de Caiapônia, a pulverização aérea de veneno contaminou uma represa que armazena água para o abastecimento

de 12 famílias. A denúncia na região também foi apresentada na empresa de saneamento SANEAGO, que enviou um técnico até a região para colher amostras da água infectada. Segundo relato das famílias, o fazendeiro da propriedade teria se comprometido em parar a pulverização caso os assentados arrendassem parte de suas terras para o plantio de soja.



Mais de 1,8 milhões de abelhas foram exterminadas em comunidade de Bela Vista de Goiás

No Acampamento Leonir Orback, em Santa Helena de Goiás, famílias tiveram que buscar atendimento médico em uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) após serem intoxicadas pelo inseticida pulverizado por avião em uma extensa monocultura vizinha, localizada há menos de dois metros das barracas dos acampados. “Não foram observadas a questão do vento, do distanciamento mínimo e da modalidade de aplicação do veneno, situações que negligenciaram a própria legislação”, declara Saulo Reis, coordenador executivo da CPT Goiás.

Uma das acampadas exposta ao veneno relata que essa é a terceira pulverização que atinge as famílias. “Na primeira e na segunda vez, as pessoas reclamaram de dor de cabeça e mal estar. Na terceira foi mais forte e as pessoas foram parar na UPA. Depois disso, notei que em pouco espaço de tempo sinto constantes dores de cabeça. As nossas criações e plantações também foram afetadas. Nós estamos convivendo com esses transtornos e temendo pelas vidas das crianças e idosos”, conta.

De acordo com o professor membro da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, Murilo Mendonça, esses casos não são pontuais e refletem um contexto geral do estado de Goiás e do Brasil. “A matança das abelhas, por exemplo, tem se multiplicado no Brasil inteiro e os problemas com a pulverização aérea são corriqueiros, de maneira que o Estado de forma geral não toma providência, mesmo que es-



Avião despeja agrotóxico em monocultura vizinha ao Assentamento São Domingos, em Caiapônia

sas ações tenham sido feitas de forma ilegal”, afirma.

Além do risco à saúde humana e à biodiversidade, a pulverização aérea de inseticidas compromete as atividades desenvolvidas pelos pequenos agricultores, as quais são fonte de renda absoluta para alguns e para outros, complemento de renda ou subsistência. Especialmente em dias de muito vento, o veneno se espalha e prejudica grande parte da produção da agricultura familiar podendo, por exemplo, implicar em uma possível perda da certificação de orgânicos.

A Agência Goiana de Defesa Agropecuária declarou, em nota, que são realizadas, em média, 2,5 mil fiscalizações por ano em propriedades rurais no estado e, quando necessário, o trabalho envolve coleta para confirmar se há resíduo de agrotóxico aplicado próximo a casas e rios. Em casos de confirmação da conduta irregular, o órgão ressalta que são aplicadas autuações e penalidades previstas em lei.

Todas as denúncias foram formalizadas em uma reunião virtual realizada junto ao Ministério Público do Trabalho em Goiás (MPT-GO) no dia 01 de março. Participaram o procurador-chefe Tiago Raniere, o agente da CPT-GO, Saulo Reis, e o professor Murilo Mendonça. Na reunião, foram repassadas orientações para que a denúncia seja encaminhada oficialmente aos órgãos competentes do estado e também ao Fórum Goiano de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos.

Na ocasião, uma atividade online também foi proposta para discutir, junto às famílias afetadas, a legislação pertinente ao regulamento e aplicação dos agrotóxicos no estado de Goiás.

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

PANDEMIA

Falta saúde, sobra descaso: como o governo Bolsonaro contribuiu para o colapso da saúde no Amazonas

ANDRESSA ZUMPANO*

Era abril de 2020, o país atravessava 2.000 mortes por COVID 19, uma média de 200 mortes diárias. Nesse momento, o primeiro estado brasileiro decretou colapso na saúde: o Amazonas. Centenas de covas foram abertas no cemitério Nossa Senhora Aparecida, em Manaus, em uma imagem que rodou o mundo, ilustrando o tamanho do descaso no que seria chamado de início da primeira grande onda da pandemia no Brasil.

Hoje, um ano depois, ultrapassando a marca de 260.000 brasileiros mortos na pandemia do novo coronavírus, o estado do Amazonas atravessa a terceira onda de contaminação, com 18 variantes do vírus detectadas, segundo estudo da Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas (FVS). Também ultrapassa a marca dos 11.000 mortos no estado*, durante um



FOTO: Juliana Pesqueira

ano que retrata o descaso com a saúde pública no governo de Jair Bolsonaro.

Desde o primeiro colapso, ocorrido em abril de 2020, o Amazonas tem sido usado pelo governo federal como “estado teste” para o tratamento precoce e imunidade de rebanho, enviando milhares de “kits covids” através de aviões da Força Aérea Brasileira

(FAB). Segundo estudo realizado pela FIOCRUZ Amazônia e Universidade Federal do Amazonas (UFAM), pessoas que fizeram “tratamento precoce” para COVID-19, com o uso de medicamentos sem comprovação científica, tiveram maior taxa de infecção em relação aos que não utilizaram. O estudo também aponta que o protocolo

foi adotado e incentivado pelo governo federal e prefeitura municipal de Manaus, através da distribuição de “kits” e pronunciamentos oficiais do prefeito David Almeida (AVANTE), contribuiu para a não aplicação de outras medidas preventivas eficazes no combate à pandemia.

Em janeiro de 2021, o estado entrou na fase roxa da pandemia, a de mais alto risco. Segundo a FVS do Amazonas, esse indicativo levou em consideração aumento do número de casos, internações e óbitos pela Covid-19. Entre novembro e dezembro houve um crescimento de 120% do número de casos e 60% no número de óbitos. Dados alarmantes, que levaram a mais um colapso das redes de saúde públicas e privadas no estado, ilustrados pela falta de recursos, suprimentos médicos, leitos hospitalares e atuação efetiva dos governos estaduais e federais no combate à pandemia.

Uma ala inteira sem oxigênio

Segundo informações da equipe do Ministério Público Federal que atua no combate à pandemia em Manaus, uma ala inteira de pacientes do Hospital Universitário Getúlio Vargas morreu asfíxiada por falta de oxigênio, foram seis pacientes que estavam internados no CTI e enfermagem do hospital, que foram a óbito no dia 14 de janeiro de 2021.

Documentos elaborados pelo Ministério da Saúde em 4 de janeiro de 2021 já sinalizavam colapso iminente na saúde do estado do Amazonas, diagnosticando com 10 dias de antecedência a dificuldade para compra de suprimentos hospitalares como medicamentos e EPIs, contratação de mais profissionais de saúde que suprissem a demanda das UTIs e novos leitos para internar pacientes que já estavam em uma extensa fila de espera, muitos foram a óbito em suas residências.

Contudo, não houve ações ca-

pazes de conter o sufocamento do sistema de saúde no estado.

Com a falta de oxigênio e leitos nos hospitais, milhares de pessoas buscaram meios privados para salvar vidas e garantir mínimo acesso a suprimentos para seus familiares. Com o aumento da procura, algumas empresas privadas chegaram a cobrar o valor exorbitante de R\$ 6.000,00 em um cilindro de oxigênio.

Segundo pronunciamento do presidente da república Jair Bolsonaro, em 15 de janeiro de 2021, “Nós fizemos a nossa parte de recursos e meios. O ministro da Saúde Eduardo Pazuello esteve lá na segunda-feira e providenciou **oxigênio**. Começou o tratamento precoce que alguns criticam - quem critica, não tome”, voltando a defender o uso de medicamentos sem comprovação científica em meio ao segundo colapso e terceira onda de COVID no estado do Amazonas.

Territórios indígenas impactados pela COVID 19

De acordo com o levantamento realizado pela Associação de Povos Indígenas do Brasil (APIB), o estado do Amazonas foi o primeiro a ter confirmação de indígenas contaminados e hoje concentra o maior número de mortes entre indígenas, foram 236 óbitos confirmados no estado. **Chamamos atenção para o fato da SESAI ser um dos principais vetores de expansão da doença dentro dos territórios indígenas, alcançando a região com maior número de povos isolados do mundo: o Vale do Javari.**

O levantamento denuncia a falta de transparência de dados do Ministério da Saúde, através da SESAI, impedindo a identificação de muitas cidades onde os óbitos aconteceram. Cidades como São Gabriel da Cachoeira, que possui o maior

número de indígenas no estado, Tabatinga e Manaus, registraram juntas 84 mortes, sendo o povo Kokama os mais afetados do país, com 59 óbitos. Esses dados foram registrados de maneira autônoma por organizações e associações indígenas do Amazonas, como APIB e Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB).

Entre os principais vetores de agravamento do avanço da pandemia nos territórios indígenas do Amazonas, estão o garimpo ilegal e desmatamento. A contaminação através do avanço dos garimpos ilegais em territórios indígenas foi denunciada pelo povo Yanomami, através do relatório “Xawara: rastros da Covid-19 na Terra Indígena Yanomami e a omissão do Estado”.

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

MULHERES

A mulher na construção da agroecologia

ANA MARIA DELAZERI*

AMANDA MICHALSKI*

ELIANA CELESTE DALLAQUA*

LILIANA WON ANCKEN

DOS SANTOS*

MARINES APARECIDA SOBCZAK*

ROSIANE DA SILVA INÁCIO

CHICUTA*

A importância da mulher na agricultura remonta à sua descoberta, com a possibilidade de cultivo da terra. Com as transformações implementadas, a agricultura, em especial a partir da “modernização conservadora”, temos a introdução dos chamados agroquímicos, maquinários pesados e monocultivos, que desembocam em um modelo de campo, o agronegócio.

O Agronegócio apresenta-se como um projeto para o campo brasileiro que representa a expropriação de pequenos agricultores, camponeses e comunidades tradicionais, assim como, na ampliação da exploração da terra, da água e dos demais recursos naturais com uma reconfiguração do ambiente em aspectos físicos e culturais.

Neste cenário, a Agroecologia, que é uma ciência de cultivo da terra, convivência com o meio ambiente, além de também trabalhar as dimensões ambientais, culturais, sociais, políticas, econômicas e éticas da vida, se coloca como o projeto de campo e de sociedade aos movimentos sociais, organizações não governamentais, cientistas e as comunidades que forjam na agroecologia seu modo de vida.

Portanto, são apresentados projetos opostos ao campo: o Agronegócio com seus agroquímicos, expropriação e concentração da terra; e a Agroecologia como um modelo de campo baseado no respeito à vida...

Na Amazônia, em especial, as comunidades tradicionais, camponesas, indígenas, tem no seu modo de vida a prática de uma agricultura que não agride o meio ambiente e guarda as dimensões e princípios trazidos na ciência da agroecologia. Nesse aspecto, é preciso reconhecer, que nos diversos territórios, a prática tradicional da agricultura e criação de animais, dentro da dimensão holística, precisa ser reconhecida como base ao desenvolvimento da agricultura de forma harmônica e adaptada aos biomas.

No corpo, a relação sagrada com a natureza, nós mulheres “somos cícli-



FOTO: CPT Rondônia

cas como a lua”. Além disso, no capitalismo, nos foi renegado o trabalho produtivo e não remunerado nas unidades familiares, seja ele do cuidado dos filhos, os serviços domésticos e na agricultura, a horta, a criação de pequenos animais, o que nunca excluiu sua participação na linha de produção das culturas comerciais. A mulher que há séculos, por meio da observação da natureza, descobriu a capacidade de germinação das sementes e a partir disso a possibilidade do cultivo, é também uma das primeiras a perceber os danos trazidos pelo agronegócio. Sejam os impactos na saúde humana, na perda dos saberes tradicionais das comunidades, das sementes crioulas, da medicina natural, e também o impacto social da concentração da terra, que elimina os espaços comunitários de existência e resistência, entre eles as escolas do campo.

Por tudo isso, a experiência da construção da agroecologia em Rondônia, tem encontrado nas mulheres a abertura para processos de “transição agroecológica” e resistência à volta de utilização de produtos químicos na agricultura. Nas comunidades tradicionais, elas estão a frente dos processos de resgate de saberes e na manutenção da cultura e das tradições.

A agente de Pastoral Rosiane da Silva Inácio Chicuta descreve quem são essas mulheres:

“Somos nós mulheres do campo, das águas e da floresta que vem buscando o trabalho em parceria com o meio ambiente, valorizando, respeitando e preservando-o. Somos negras, brancas, indígenas, quilombolas e ribeirinhas que estamos trabalhando na organização da produção, desde o

processo de ser as guardiãs das sementes ao processo de trocas de saberes populares e no resgate do saberes tradicionais. Somos mulheres que buscamos inspiração umas com as outras para manter forte e vivo as motivações de criar, lutar e resistir”.

Entre as sabedoras da agroecologia está Maria de Fátima, que também é conselheira da CPT RO, e que ao longo da vida encontrou na agroecologia um meio de empoderar outras mulheres. Dona Fátima, recém-chegada na comunidade, convidava as mulheres para fazerem diárias em sua horta, e ali partilhava os saberes e incentivava as mulheres a produzirem suas próprias hortas agroecológicas. Hoje elas narram o quanto esse incentivo foi verdadeiro, pois sem ele, poderiam estar, até hoje, trabalhando para dona Fátima.

Na história da Dona Fátima e do Grupo de Famílias Agroecológicas Bem-Viver, foi a luta das mulheres e o resultado do trabalho delas que mostrou aos homens que a agroecologia é uma saída viável. Hoje o grupo é referência, recebe visitantes e acadêmicos para estágio, além disso, se destaca como guardiãs de sementes crioulas, com ao menos 48 espécies cultivadas por cada família. Como Dona Fátima, outras tantas, que além de fazerem da agroecologia sua vida, abrem caminhos para outras mulheres, que são nesse território, inspiração e certeza do potencial da agroecologia.

Os tempos de pandemia trouxeram muitos desafios e apontam linhas de estudos do quanto o modelo de agricultura e pecuária pautado no uso de agroquímicos e no alto consumo de carne pode ser destrutivo para a humanidade. O Brasil se destaca num ranking

vergonhoso de consumo de agrotóxicos, e que apenas em 2020 registrou 493 novos produtos liberados para uso na agricultura brasileira.

As mulheres continuam na front da resistência, e no desafio de produzir de forma agroecológica para alimentar um país, que nega investimentos para a pequena agricultura, enquanto subsidia o agronegócio. Com números zerados em termos de Reforma Agrária e demarcação de Territórios Indígenas e Quilombolas, e que insiste na fragilização da legislação fundiária e ambiental.

Para a agente de pastoral Marines Aparecida Sobczak:

“Poderíamos dizer que, a atuação das mulheres se destaca em três aspectos: os grupos de mulheres que se organizaram para refletir e estudar a realidade atual, o estudo referente às mulheres da Bíblia, buscando nelas a inspiração para a vida e para a luta cotidiana, como por exemplo, Rute e Judite. Essas mulheres, lutadoras e defensoras da vida humana e ecológica, que nos despertam e apontam grande referência para o avanço no cultivo da agroecologia, nesta relação diferenciada com a mãe terra, no trabalho de base, no cuidado com as sementes crioulas, com as mudas e um grande entusiasmo com a saúde popular, buscando conhecimento e o uso das ervas medicinais como cura e, principalmente na prevenção de muitas doenças”.

Destacamos a vida de Ana Primavera, primeira mulher agrônoma reconhecida pela revolução nos estudos sobre manejo ecológico dos solos, no reconhecimento da agroecologia como ciência e como saber popular dos povos do campo. Como ela, com as Maria de Fátima e muitas mulheres que, no anonimato, tem seus corpos e territórios dedicados à construção da agroecologia, seguiremos mostrando o caráter revolucionário do trabalho das mulheres e da agroecologia.



Panorama da vacina: México inicia vacinação e Colômbia recebe primeiras doses

Chile é o país da América Latina com mais vacinados; no Peru e no Equador, chegada da vacina têm escândalos de corrupção

O México deu início, no dia 15 de fevereiro, à vacinação massiva contra a covid-19. O início da vacinação foi anunciado pelo presidente Andrés Manuel López Obrador no último dia 14. Com a importação de 870 mil doses da vacina da Oxford/AstraZeneca produzidas na Índia, esta primeira etapa da campanha priorizará a população acima de 60 anos nos municípios mexicanos mais pobres.

Já na Colômbia, o presidente Iván Duque anunciou a chegada das primeiras 50 mil doses da vacina contra a covid-19, produzidas pela BioNTech-Pfizer. Segundo a declaração oficial do mandatá-



FOTO: Cláudio Cruz

rio, espera-se que mais 1,6 milhão vacinas dessa empresa farmacêutica cheguem ao território colombiano nas próximas três semanas, provenientes da Bélgica.

No ranking da vacinação, o Chile é o país latino-americano que lidera a campanha massiva contra a covid-19 na região, com mais de 112 mil doses administradas até esta data. Até meados de janeiro, a Argentina liderava a vacinação no continente, mas foi ultrapassada pelo país vizinho no último mês.

Casos de corrupção

No último final de semana, confirmou-se a suspeita da vacinação secreta do ex-presidente peruano Martín Vizcarra e outros funcionários de alto escalão de seu então governo. O escândalo levou à renúncia da ministra de Saúde, Pilar Mazzetti, e da ministra de

Relações Exteriores do país, Elizabeth Asstete, beneficiadas em segredo pelas “vacinas de cortesia” enviadas pelo laboratório chinês Sinopharm.

No Equador, o ministro da Saúde, Juan Carlos Zevallos, têm sido questionado pelo Congresso do país por ter destinado doses da vacina procedentes de um hospital público a um asilo privado em Quito, onde se encontram familiares do integrante do governo, entre eles, sua mãe. Diante do escândalo, desde o final de janeiro, a Defensoria do Povo têm exigido a renúncia de Zevallos por falta de transparência e conflito de interesses na gestão pública das vacinas contra a covid-19. (Via Brasil de Fato, com informações da teleSUR)

Equador: Apuração atinge 100% e indica 2º turno entre Arauz e Lasso; CNE espera recursos

Diferença entre Lasso e Pérez, segundo e terceiro colocados, é de 32 mil votos; órgão eleitoral deve anunciar resultados neste fim de semana

FOTO: Reprodução



A apuração oficial dos resultados das eleições presidenciais no Equador alcançou 100% das urnas na noite do dia 19 de fevereiro e colocou os candidatos Andrés Arauz, da coalizão progressista União Pela Esperança (Unes), e Guillermo Lasso, do partido de direita Movimento CREO, no segundo turno, que será realizado no dia 11 de abril.

Entretanto, devido à estreita diferença entre o segundo e o terceiro colocados - Lasso e Yaku Pérez, respectivamente - o Conselho Nacional Eleitoral (CNE) deve anunciar os resultados apenas nos dias 27 e 28 de fevereiro, e disse que já espera recursos e pedidos de recontagem.

Com todas as urnas apuradas, Arauz obteve 32,72% dos votos, se confirmando como vencedor do primeiro turno. Lasso, por sua vez, teve 19,74%, enquanto Yaku Pérez recebeu 19,38%. (Redação Opera Mundi)

Caos na Pandemia: Com força policial, Peru expulsa imigrantes para o Brasil

Haitianos e africanos querem atravessar a fronteira peruana para chegar ao Equador

FOTO: Alexandre Noronha/Amazônia Real



Assis Brasil (AC) – Após dois dias retidos sobre a ponte que separa o Brasil do Peru entre os municípios de Assis Brasil, no Acre, e Iñapari, em Madre de Dios, os quase 400 imigrantes tentaram ingressar à força no território peruano no dia 16 de fevereiro. Foi o que bastou para o início de um confronto com a polícia peruana.

Os imigrantes tentam atravessar a fronteira brasileira com o Peru. Eles querem deixar o Brasil por causa da pandemia do novo Coronavírus, que deixou muitos desempregados, mas o governo peruano justifica que sua fronteira está fechada para conter os casos de coronavírus, incluindo a nova variante brasileira. A medida só gera mais aglomerações colocando em risco a vida dos imigrantes.

Pela manhã do dia 16, imigrantes, entre eles mulheres e crianças, avançaram para o território peruano deixando para trás barracas e roupas para tentar chegar ao Equador. Levavam apenas suas bagagens de mão. Mas a situação se agravou e ficou mais tensa em um segundo bloqueio policial, já dentro de Iñapari, distante quase dois quilômetros da Ponte Binacional, que divide os dois países.

Revoltados com a proibição de seguirem viagem, os imigrantes lançaram paus e pedras contra as forças de segurança do Peru. Os policiais reagiram com violência, lançando bombas de gás lacrimogêneo contra haitianos e africanos. Jornalistas, que cobrem a crise na fronteira, também foram atingidos.

No meio da multidão havia mulheres grávidas. Sem distinção, os policiais passaram a empurrar todos de volta na direção da ponte binacional. Os que

tinham permanecido no Peru foram sendo “deportados”, aos poucos, para o Brasil.

Conforme a imprensa peruana, o prefeito da província de Tahuamanu, Abraham Cardozo Mousoly solicitou uma resposta imediata das autoridades do Itamaraty. “Esta é uma emergência”, disse ele.

O governo brasileiro ainda não se manifestou sobre os conflitos na fronteira.

Segundo a imprensa peruana, o presidente do Peru, Francisco Sagasti, reuniu-se com os governadores dos departamentos no mesmo dia. Na ocasião, o governador de Madre de Dios, Luís Hidalgo, pediu para Lima decretar situação de emergência no departamento por causa da crise migratória e das enchentes dos rios na região.

Até a data do conflito, não houve uma manifestação oficial do governo de Lima sobre o assunto. Enquanto isso, haitianos e africanos continuam a se aglomerar em situação precária sobre a ponte, desprotegidos da chuva e com o risco de serem contaminados pelo novo coronavírus. (Fábio Pontes - Amazônia Real)

PÁGINA BÍBLICA

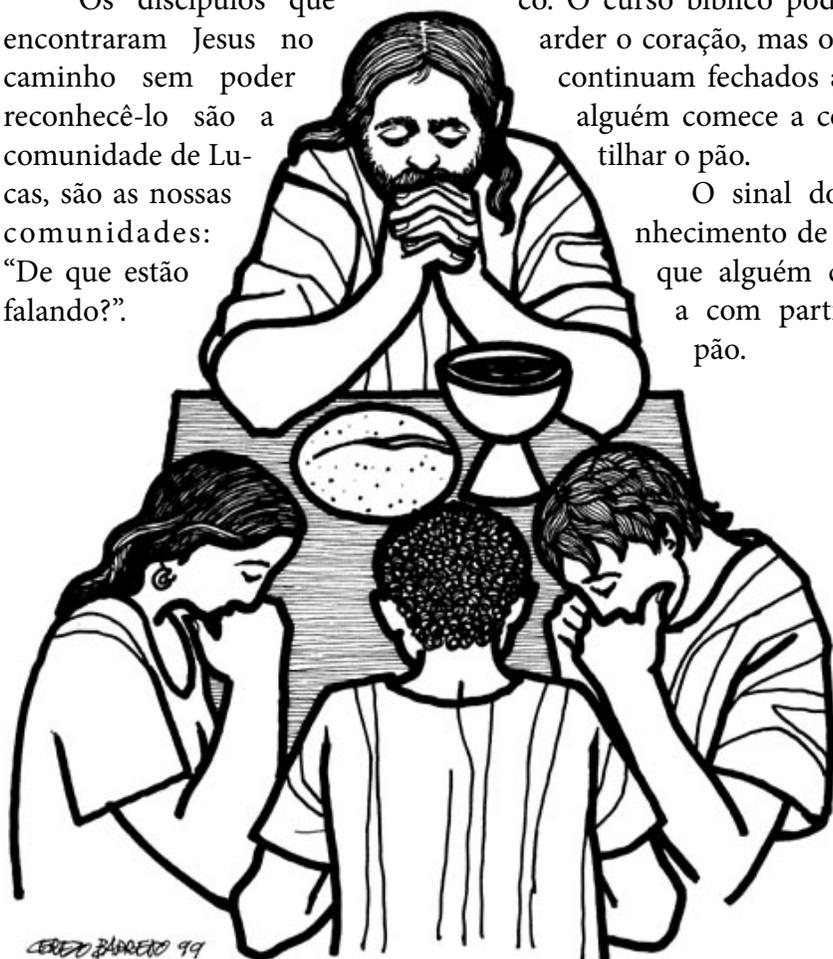
Evangelho de Lucas – parte final

SANDRO GALLAZZI*

Dando seguimento às análises de Sandro Gallazzi, finalizamos a parte do Evangelho de Lucas com a análise aqui presente. Com isso, fechamos as reflexões sobre os Evangelhos do Novo Testamento. Esperamos que o que aqui foi exposto, até então, ajude a todos e todas, e às comunidades a serem protagonistas neste caminho da fé engajada e militante, seguindo o exemplo de Jesus. Precisamos “limpar” a Bíblia para que seja instrumento de libertação e não de dominação.

Que essas análises contribuam para a fidelidade ao Deus dos Pobres e aos Pobres de Deus, pois são eles que constroem seu reino e nos evangelizam. Vamos ao Evangelho de Lucas:

Os discípulos que encontraram Jesus no caminho sem poder reconhecê-lo são a comunidade de Lucas, são as nossas comunidades: “De que estão falando?”.



Começaram a contar o que havia acontecido em Jerusalém, e Jesus dizendo que o Filho do Homem devia morrer como diziam os profetas, mas não o reconhecem.

Quando chegaram a Emaús, disseram: “Fica conosco, pois já é tarde. E ele ficou. Sentado à mesa, Jesus tomou o pão, abençoou-o, partiu-o e deu-o a eles. Então, abriram-se os olhos deles e o reconheceram ao partir o pão.” (Lc 24,28-32)

Os gestos da solidariedade e o pão compartilhado têm o poder de abrir os olhos e nos fazem reconhecer a Jesus.

No caminho, durante o curso bíblico dado por Jesus, não conseguiram ver. A palavra de Deus fez arder seus corações, ficaram entusiasmados com a palavra. Mas para conhecer a Jesus há apenas um caminho, e não é o curso bíblico. O curso bíblico pode fazer arder o coração, mas os olhos continuam fechados até que alguém comece a compartilhar o pão.

O sinal do reconhecimento de Jesus é que alguém comece a com partilhar o pão.



Os dois discípulos voltam agora alegres a Jerusalém e lá contam que reconheceram Jesus ao partir o pão. E Jesus chega: é a última mesa. Depois de comer, as Escrituras ficam claras, assim como o motivo da morte de Jesus. Da última mesa sairão as TESTEMUNHAS: “Vocês são testemunhas de tudo isso. Vão!” (Lc 24,33-49).

O testemunho da morte e da ressurreição de Jesus deve passar pelo “teste” da mesa. Se não passar

por este teste, será pura teoria alienante.

O último lugar em que Jesus deixa seus amigos é Betânia = a casa do aní, do pobre. De lá ele foi elevado aos céus. A casa do pobre é o ponto de encontro entre a terra e o céu. De lá nunca nossas igrejas deviam ter saído.

Nossas comunidades devem ser fiéis à Palavra, ao Pobre e ao Pão partido!

EXPERIÊNCIA

Acordo entre União Europeia-Mercosul e os impactos socioambientais aos territórios do Cerrado

ANTONIA LAUDECI
OLIVEIRA MORAES*

LEILA CRISTINA LEMES DOS SANTOS MORAIS**

O Acordo comercial entre UE-Mercosul, fruto de uma negociação de mais de 20 anos, surge em 2019 com o anúncio do texto final, aflorando diversos debates e opiniões em torno dos possíveis avanços na política de livre comércio entre o Norte e o Sul. Em síntese, o texto de 17 capítulos do acordo comercial reduz tarifas comerciais, amplia cotas de importação e exportação e elimina barreiras não tarifárias, num prazo de até 15 anos, sobre as principais commodities agrícolas e minerais, exportadas pelo Mercosul e sobre produtos industrializados da União Europeia.

O Mercosul nasceu num contexto no qual as nações sul-americanas debatiam possibilidades a respeito de uma organização que promovesse a integração regional e foi oficialmente fundado em 1991, após a assinatura do tratado de Assunção por Brasil e Argentina. A esse tratado uniram-se Paraguai e Uruguai. O Acordo visava criar uma zona de aliança comercial com objetivo de ampliar a movimentação de pessoas e mercadorias entre as nações integrantes do bloco.

Uma vez que esse acordo de livre comércio entre UE e Mercosul objetiva alavancar tanto a importação como a exportação dos produtos do agronegócio brasileiro, mais investimentos devem ser aplicados do capital estrangeiro e do próprio país na indústria nacional. Dessa maneira, são ocasionadas consequências ainda maiores com a intensificação do uso de agrotóxicos e o envenenamento da água, do ar, morte de animais e plantas, e ainda as violências a diversas formas de organização política e sociocultural aos povos do campo. Além do mais, promove o agravamento da crise climática, da vulnerabilidade ao trabalho escravo e o aumento das violações de direitos socioambientais,

somando-se às ações de reintegração de posse e expulsões de famílias de suas comunidades e território, aumentando os conflitos no campo.

No Cerrado, o avanço do agronegócio impulsiona a produção de commodities, como podemos observar nos dados a seguir: A produção de soja, milho, cana-de-açúcar e algodão já tinha ocupado

62,5 milhões de hectares de área plantada em 2018. Soma-se a isso, uma área de 169,6 milhões hectares de pastagens, com um rebanho de 213,5 milhões de cabeças de gado. As pastagens ocupam 63.847.127 hectares, representando 37,6 % da área de pastagem do Brasil. Com 117.199.138 cabeças de gado, o Cerrado detém 54,9 % da boiada brasileira. (SIDRA-IBGE, 2020; LAPIG, 2020).

Vivemos um momento de crise econômica e retrocesso democrático e ambiental, de fechamento dos espaços de participação social e de criminalização da sociedade civil. Tendo em vista esse contexto, é importante enfatizar que o acordo foi negociado pelos governos do Mercosul sem nenhum mecanismo de transparência, sem apresentação de estudos de impacto e sem diálogo

com os setores afetados. Junto a essa discussão, há uma preocupação sobre os impactos e violações socioambientais para o Cerrado e seus povos. Embora tenha sido apresentado que os países membro do acordo elevariam seus padrões ambientais, o acordo não deixa claro como isso seria possível na prática, trazendo incertezas e ameaças sobre os direitos humanos e territoriais.

Referências bibliográficas

- Acordo UE-Mercosul: Ameaça para a proteção do clima e dos direitos humanos- 2020. Thomas Fritz.
- Revista cerrados: Impacto dos agrotóxicos aos territórios e modos de vida dos povos do Cerrado, 2020.
- O acordo UE-Mercosul e o Cerrado. Emmanuel Ponte e Maureen Santos, 2020,

*Agente da CPT-TO e Articulação Cerrado.
**Agente da CPT-GO e Articulação Cerrado.



Amazônia: O acordo entre União Europeia e Mercosul

ARTICULAÇÃO DAS CPT'S DA AMAZÔNIA

Recentemente a CPT – Articulação da Amazônia e demais parceiros de países amazônicos, como: Colômbia, Peru, Bolívia, publicaram o Atlas de Conflitos Socioterritoriais Ativos da Pan-Amazônia. O Atlas é uma espécie de levantamento dos conflitos ocorridos nesses quatro países e que estão pendentes de uma solução para as comunidades camponesas, quilombolas, indígenas e diversos povos da região. Tais conflitos são atribuídos a processos históricos de lapidação dos recursos da região, das várias tentativas de sujeição dos povos originários e tradicionais para o controle e realização da reprodução do capital, com aval do estado ou não, desde o início da colonização europeia.

Como temos defendido, o asseinhoreamento dos recursos na Amazônia tem tido o estado brasileiro como um ator fundamental, pois é ele, através de seus governos que possui o poder de fechar ou abrir as possibilidades de

uso dos territórios para quem quer seja. Nossos registros demonstram que por exemplo, nos anos 2017/2018 na Amazônia Brasileira permanecem ativos 995 conflitos que envolvem 131.309 famílias. As violências são inúmeras. Nesse contexto, é importante ressaltar as causas dos conflitos na Amazônia. O agronegócio - categoria que agrupa a pecuária e outras monoculturas (como soja, algodão, dendê, eucalipto) - representa, no Brasil, 60% das causas registradas dos conflitos, ficando em segundo o uso da floresta para extração de madeira.

E é exatamente por conhecer, acompanhar e vivenciar esta história de devastação da floresta e dos povos da floresta que a Articulação Amazônia se posiciona contrária ao Acordo Mercosul-UE. Por compreender que o acordo priorizando as relações comerciais e fomentando as atividades econômicas pautadas na reprodução do capital, ao proporcionar redução de alíquotas de importação para a produção e extração de commodities agrícolas e minerais com a extensão da exportação de carne,

etanol, açúcar, expansão da construção de corredores logísticos da pecuária e da soja estimulará um maior nível de devastação e destruição das vidas que vivem na floresta e que dela retiram seu sustento, ao passo que ao mesmo tempo contribuem para manutenção do bioma. Conforme mencionado na Frente de Organizações da Sociedade Civil Brasileira contra o Acordo Mercosul-EU, assinada por mais cem entidades da sociedade civil, inclusive por nós da CPT. O acordo representa um retrocesso para a sociedade brasileira, pois, **“ao trocar commodities agrícolas e minerais por produtos industrializados de maior valor agregado, o acordo estimula o aprofundamento da desindustrialização, da reprimarização da economia, da evasão de divisas e a sonogação de impostos nos países do Mercosul. A abertura do setor industrial aos países do bloco europeu, aumentará a importação de produtos similares aos já produzidos no Brasil, gerando impacto para o setor e mais desemprego.”**

CARTÃO DE PÁSCOA



Foto: Juliana Pesqueira

Cerca de 300 mil famílias que perderam seus entes queridos nesta pandemia do COVID 19 clamam nesta Páscoa, como Jesus clamou na Cruz:

PAI, POR QUE ME ABANDONASTE?

As discípulas e os discípulos que ficaram desorientados, se reconfortaram ao tomarem consciência de que ele estava vivo.

A CPT deseja e espera que as famílias atingidas pela pandemia sejam reconfortadas pela fé que garante que a vida, apesar de tudo, sempre vence a morte.

Assine ou renove sua assinatura

Nome: _____
 Endereço: _____
 Exemplares: _____

Assinatura anual:

- Brasil R\$ 10,00
- Para o exterior US\$ 20,00

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco: Caixa Econômica Federal,
 Agência: 4520 - Conta Corrente: 386-0 - Comissão Pastoral da Terra
 CNPJ: 02.375.913/0001-18
 Informações cpt@cptnacional.org.br

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel, 1º Andar, Centro.
 CEP 74.030-090 – Goiânia, Goiás

CORREIOS
Mala Direta
Postal Básica
 9912277124-DR/GO
 COM. PAST. DA TERRA

IMPRESSO

VIA AÉREA